

Em 15.12.99, na Câmara Municipal de São Paulo, houve debate entre organizações de defesa dos DCA sobre a ameaça de mudança no Art. 104 do ECA e no Art. 228 da Constituição Federal do Brasil, conforme teor de algumas PEC's (Propostas de Emenda Constitucional) enviadas ao Congresso Nacional.

Logo no início deste ano (em 28.01.00), aquele grupo de instituições ampliou a discussão e convocou reunião na Secretaria de Justiça onde cerca de trinta organizações sociais (governamentais e não governamentais) perceberam a necessidade de traçar um plano de ação política e social para fazer frente à ameaça constatada.

Com o objetivo de manter e defender o texto da legislação vigente foi então criada uma **Campanha em Defesa do ECA**, que consiste em um plano conjunto de ações a ser executado por este grupo de organizações sociais que adotam a nome de **Comitê Paulista em Defesa do ECA**.

Em 30.05.00, na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, esse Comitê lançou oficialmente as primeiras peças da Campanha (anexadas) e conseguiu a adesão de mais de uma centena de autoridades e representantes de entidades e movimentos sociais, entre parlamentares, representantes dos poderes Executivo e Judiciário, conselheiros tutelares e de direitos da criança e do adolescente, empresários, publicitários e dirigentes de várias organizações sociais.

Nesta data, o Comitê Paulista em Defesa do ECA vem respeitosamente entregar ao **CONANDA** a compilação de vários documentos e matérias publicadas sobre a proposta de rebaixamento da idade para responsabilidade penal, divididos por áreas de conhecimento, reconhecendo a importância que o apoio que deste órgão de defesa dos DCA pode dar a essa relevante questão.

O Comitê Paulista tem informação de que outros estados e regiões também vem discutindo o tema e criando iniciativas semelhantes. Embora tenhamos comunicação com várias destas organizações regionais, vimos solicitar o empenho deste órgão nacional para unificação e ampliação deste movimento. Queremos somar forças com todos aqueles que se preocupam com o futuro do país e de nossas crianças.

Acreditamos que a ausência e/ou inadequação dos atuais programas para atendimento das medidas sócio-educativas não deve, em absoluto, servir de justificativa para propostas imediatistas, oportunistas e superficiais que imputam ao adolescente desassistido e excluído em nosso país, a responsabilidade pela violência e pela criminalidade que atualmente lhe tiram expectativas e oportunidades de desenvolvimento integral. Temos certeza de que a solução está no cumprimento da Lei e não em sua alteração.

